

1 0 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Cármem Lúcia visita presídios no Paraná

Ministra conheceu duas unidades penais em Piraquara e demonstrou preocupação com delegacias superlotadas

*“É possível perceber a atenção da sociedade à questão prisional, no caso do Paraná, de uma forma muito incisiva”*



Ministra Cármem Lúcia durante visita ao Complexo Penitenciário de Piraquara

CONTINUA

Vítor Ogawa

Reportagem Local

**U**m dia depois de ser desaconselhada a realizar inspeção na Colônia Agroindustrial do Complexo Penal de Aparecida de Goiânia (GO), presídio onde nove detentos morreram e 14 ficaram feridos após uma rebelião na segunda-feira (1º), a presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármen Lúcia realizou, nesta terça-feira (9) uma visita ao CPP (Complexo Penitenciário de Piraquara) e também conheceu a UP (Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão), ambos localizados em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. Ela não concedeu entrevista aos jornalistas.

Em entrevista para a TV Justiça, a ministra destacou a fiscalização exercida pela sociedade paranaense ao sistema prisional do estado. “É possível perceber a atenção da sociedade à questão prisional, no caso do Paraná, de uma forma muito incisiva. Nota-se também a atuação do conselho da comunidade junto com o Estado para tentar propor soluções novas para o problema da condição dos presos, que é gravíssimo, especificamente a condição dos direitos dos presos” afirmou a ministra.

O Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Wagner Mesquita, afirmou que já estava previsto que ela faria essa visita ao Paraná, mas a equipe dela só anunciou nesta segunda-feira que ela estaria no Estado. “Foi bom ela anunciar de supetão a visita para que ela pudesse ver a

realidade. Não houve maquiagem”, garantiu.

Mesquita afirmou que a visita foi importante para mostrar que o Departamento Penitenciário do Paraná possui a gestão total de presos. “Aquela realidade do crime organizado controlando unidades penais, administrando punições e a alimentação dos próprios presos não existe no Estado do Paraná. O Depen administra os presos de maneira adequada”, garantiu.

O diretor do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), Luiz Alberto Cartaxo Moura, destacou a importância da visita porque a ministra pôde ver o resultado de algo que ela mesma decidiu. “A ministra Cármen Lúcia proferiu uma decisão há dois anos descontingenciando o Fundo Penitenciário Nacional e determinou que o Depen Nacional fizesse a distribuição dos recursos para os Estados. Recebemos R\$ 44 milhões no Estado do Paraná e investimos R\$ 49 milhões, porque complementamos com o nosso fundo para fazer investimentos grandes”, relatou. Nesta visita a ministra não declarou se iria realizar um novo descontingenciamento para o mesmo fim.

O desembargador Ruy Muggiati, do GMF-PR (Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Paraná) acompanhou a ministra e expôs que ela conheceu uma unidade prisional cujo modelo é o tradicional, que é a Casa de Custódia de Piraquara e também conheceu a UP (Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão), que é um lugar em que os presos dedicam-se o dia todo a atividades educacionais e de trabalho. A

unidade é resultado de uma parceria do Governo do Estado com o Tribunal de Justiça, e faz parte das ações do projeto “Cidadania nos Presídios” do CNJ. O objetivo da unidade prisional – que iniciou suas atividades em novembro de 2016 – é preparar os detentos para voltarem ao convívio social após o cumprimento total da pena.

“Hoje a Unidade de Progressão é uma realidade. O local tem capacidade para 300 presos e abriga atualmente 200. Ali só entra detento quando ele tiver trabalho e estudo 100% acertados. Desde que foi implantado a reincidência baixou para perto de zero”, destacou Muggiati. Ele ressalta que a receita para a construção do presídio Unidade de Progressão foi seguir todas as diretrizes da Lei de Execuções Penais de 1984, mas que nunca tinham sido aplicadas em seu conjunto em uma unidade prisional.

### DELEGACIAS SUPERLOTADAS

Wagner Mesquita afirmou que a ministra se mostrou preocupada com presos em delegacias em conversa com representantes dos órgãos de Justiça do Paraná. “Ela já tinha sido informada pela assessoria sobre os problemas dos presos em delegacia e as medidas tomadas para resolver o problema”. O secretário explicou que existem 9.000 mil presos em delegacias. “Para isso temos 14 obras em andamento. Em Campo Mourão será entregue uma unidade ainda no primeiro semestre”, adiantou.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA 10 JAN 2018

## Ministra retornará a Goiás em fevereiro

Reportagem Local

### CONTINUAÇÃO

Ele anunciou a construção de mais quatro unidades modulares, que ficarão prontas em 120 dias e custarão R\$ 85 milhões. “Dobramos a capacidade das tornozeleiras eletrônicas. Temos seis mil presos hoje monitorados eletronicamente que não estão em delegacias e contrataremos mais 6.000 tornozeleiras. Em 2018, temos sete inaugurações de unidades novas e o restante será inaugurado em 2019. Estamos trabalhando com o objetivo de retirar os presos da custódia da Polícia Civil”, afirmou.

Curitiba - A ministra Cármen Lúcia disse que no dia 9 de fevereiro voltará a Goiás para avaliar o cumprimento todas as medidas discutidas na reunião de segunda-feira com autoridades do Judiciário e do Poder Executivo. Na segunda-feira (8) ela foi ao TJGO (Tribunal de Justiça de Goiás) para tratar das rebeliões ocorridas no Complexo Agroindustrial de Aparecida de Goiânia.

Na oportunidade, foi assinado um termo de cooperação técnica para que, a partir desta terça-feira (9), o tribunal passe a fornecer informações ao cadastro nacional de pessoas privadas de liberdade, organizado pelo CNJ. Durante a reunião, ao abordar a crise no sistema carcerário goiano, a ministra reforçou o compromisso do Poder Judiciário, em especial do CNJ, na busca de soluções para o problema que atinge dimensões dramáticas e passa a preocupar todo o País. “Precisamos buscar soluções concretas, que contemplem o direito dos presos e o direito da sociedade de dormir em sossego”, afirmou Cármen Lúcia.

A presidente do CNJ avaliou como muito grave o fato de presos do sistema semiaberto terem promovido uma “comemoração” regada a bebida alcoólica e cocaína na madrugada do dia 1 de janeiro. Logo após a festa, detentos invadiram alas rivais por meio de um buraco feito na parede de uma das celas e mataram nove

pessoas. Outras 14 ficaram feridas e quase 200 presos fugiram do estabelecimento penal.

“Não acredito que o Brasil tenha perdido a soberania dos seus presídios. Acho que cada poder tem sua responsabilidade e problemas que se alongam há décadas têm uma solução mais difícil e complexa”, disse Cármen Lúcia.

### NOVA INSPEÇÃO

Por determinação da ministra Cármen Lúcia, na próxima sexta-feira (12), uma nova inspeção será realizada na unidade prisional, com a participação de membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). “Será feito um “pente-fino” na unidade, com atenção especial para a apreensão de armas”, afirmou Cármen Lúcia.

A força-tarefa formada contará com o reforço de três juízes auxiliares do TJGO para dar apoio ao trabalho da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), responsável pelo Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. A ideia é verificar a situação dos processos e agilizar o trâmite das ações.

Relatório produzido em 19 de dezembro pela juíza Wanessa Fuzo, titular da 2ª VEP (Vara de Execuções Penais), a partir de inspeção no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, classificou como péssimas as condições do estabelecimento. Segundo o documento, o presídio oferecia 468 vagas, mas havia 1.254 presos na unidade.

10 JAN 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## A rebelião de Goiás e a crise prisional

**A** presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármen Lúcia visitou, nessa terça-feira (9), o CPP (Complexo Penitenciário de Piraquara) e também conheceu a UP (Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão), localizados em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. A visita foi anunciada de última hora, na segunda-feira, e aconteceu um dia depois de a ministra ser desaconselhada a inspecionar a Colônia Agroindustrial do Complexo Penal de Aparecida de Goiânia (GO), presídio onde nove detentos morreram e 14 ficaram feridos após uma rebelião na segunda-feira (1º). Desde que assumiu a presidência do CNJ, em setembro de 2016, Carmén Lúcia inspecionou presídios em 14 Estados e no Distrito Federal. O Paraná foi o último estado da região Sul a ser visitado pela magistrada. Em novembro de 2016, Cármen Lúcia foi ao Presídio Central de Porto Alegre e, em março de 2017 esteve no Complexo Penitenciário do Estado, em Santa Catarina. Em Piraquara, a ministra conheceu uma unidade prisional cujo modelo é o tradicional, a Casa de Custódia, e também conheceu a UP, que é um lugar onde os presos dedicam-se o dia todo a atividades educacionais e de trabalho. A unidade é resultado de uma parceria do Governo do Estado com o Tribunal de Justiça e faz parte das ações do projeto "Cidadania nos Presídios", do CNJ. No Paraná, a presidente do STF encontrou uma realidade muito diferente do cenário visto em Goiás. Um vídeo que caiu nas redes sociais mostra que o crime organizado tinha controle na unidade penal de Goiânia. Nele, os detentos aparecem festejando com drogas e álcool. Em Goiânia, na segunda-feira, a presidente do STF não conseguiu vistoriar o presídio, mas em reunião com o governador Marconi Perillo a magistrada expôs o sentimento de toda a sociedade frente às condições do complexo penal: "Inaceitável". E acertou mais uma vez quando disse que o problema é antigo, mas que as pessoas que estão hoje na posição de administradores devem encontrar uma solução.

10 JAN 2018

# FOLHA DE LONDRINA

# TJ impede CMTU

# de multar

# motoristas do Uber

*É bom ter a opção de escolher a forma como vai se locomover, seja de táxi, Uber ou transporte coletivo”*

**Advogado da empresa afirma que Política Nacional de Mobilidade Urbana garante legalidade do transporte individual**

Pedro Marconi e  
Rafael Machado  
Reportagem Local

**A** 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná proibiu a CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização) a multar um motorista de Uber de Londrina pelo exercício da função, que foi autorizada na mesma decisão. Segundo os desembargadores, a permissão é válida mesmo que a regulamentação do aplicativo, ainda em discussão na Câmara Municipal, não tenha sido sacramentada.

O recurso foi apresentado em segunda instância pelo advogado Eduardo Caldeira. Caldeira se baseou na Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída em 2012, para comprovar a legalidade do transporte individual. No processo, a CMTU se manifestou informando “que não só os motoristas de Uber, mas todos aqueles que transportam passageiros estão sujeitos à obtenção de autorização do poder público”.

Pelos cálculos do advogado, esta é a primeira sentença favorável dada pelo TJ ao grupo de aproximadamente 40 condutores que questionaram na Justiça as multas aplicadas pela CMTU. Para Caldeira, se a Câmara encerrasse o debate sobre a regularização do serviço em Londrina, “não seria necessário ingressar com vários pedidos”. O projeto do vereador Rony Alves (PTB) permanece com o debate suspenso no Legislativo. Procurada, a assessoria de imprensa da CMTU informou que “está ajuizando todas as ações referentes às contestações apresentadas”.

## POUCAS MUDANÇAS

Para motoristas do Uber e taxistas de Londrina, a decisão da Tribunal de Justiça do Paraná não trará impactos significativos em seus respectivos trabalhos. Segundo eles, a fiscalização da CMTU vinha acontecendo de forma tímida e desde que os embates entre as categorias começaram a aumentar foram poucos os períodos de verificação por parte da Companhia.

Motorista do Uber há quatro meses, Willyan Apolonio dos Santos defendeu a medida do TJ por dar mais segurança no dia a dia. “Mesmo que a pessoa não seja usuário do serviço, é justo que todos respeitem e aceitem. É bom ter a opção de escolher a forma como vai se locomover, seja de táxi, Uber ou transporte coletivo”, elencou.

**CONTINUA**

10 JAN 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Ele ainda afirmou que o movimento de passageiros está instável em janeiro e que os momentos de pico acontecem aos finais de semana.

Presidente do Sindicato dos Taxistas de Londrina, Antônio Pereira da Silva acredita que a melhor solução para a situação do Uber em Londrina é uma posição dos poderes Legislativo e Executivo local. "Não estão fiscalizando nada, então não vai mudar. Muitos taxistas veem motorista do Uber embarcando e desembarcando na rodoviária e aeroporto e não podem fazer nada. Na verdade, é o usuário que está sendo enganado e prejudicado", alega.

Em junho de 2017, os taxistas lançaram um aplicativo para manter os clientes e buscar aqueles que migraram para o Uber. O sindicato da categoria informou que quase quatro mil pessoas já baixaram a ferramenta. "No começo, quando o Uber começou, o táxi deu uma queda. Entretanto, hoje está voltando a subir. O aplicativo que criamos ajudou, pois oferece desconto", destacou Pereira.

### INDEFINIÇÃO

Depois de diversas polêmicas durante o ano passado, o Congresso Nacional entrou em recesso sem uma definição sobre o projeto de lei que regulamenta aplicativos de transporte individual remunerado, como Uber, Cabify e 99. No final de outubro, senadores aprovaram um texto com mudanças, como a não obrigatoriedade de placa vermelha. Isso obrigou

uma nova análise da Câmara dos Deputados, o que não aconteceu.

"A expectativa é que aconteça a regulamentação. Acredito que mesmo que não seja como é atualmente, será positivo. O que precisa ter é justiça e respeito as especificidades do Uber, o que algumas categorias não aceitam. O aplicativo é fonte de renda de muitos trabalhadores, então não é possível acabar com ele sem mais nem menos. Essa evolução nos meios de transporte é um caminho sem volta", crê um motorista do Uber, que preferiu não se identificar.

Na Câmara de Londrina, várias reuniões sobre o tema aconteceram durante os últimos meses e até valores para possíveis taxas a serem cobradas foram decididos. Porém, a incerteza em nível nacional fez com que diálogo final para uma definição fosse adiado. "Esperemos que neste começo de ano os vereadores voltem a colocar o projeto em pauta, porque esperamos que saia algo novo. Também já cobramos o prefeito para publicar um decreto com uma solução para o impasse", disse Pereira.

10 JAN 2018

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

## Riquixá

A operação Riquixá, do Gaeco, aquela que devassou o mundo dos transportes coletivos, chegou fortíssima em Paranaguá com a Justiça determinando o bloqueio de R\$ 13 milhões de vinte pessoas entre empresários, executivos, técnicos, advogados e o ex-prefeito e o ex-titular da pasta que respondeu pela licitação impugnada. Esse procedimento alcançou outras empresas e prefeituras de Guarapuava, Maringá e Foz do Iguaçu. Curitiba, dessa feita, não entrou na lista.

## INFORME

### Bens indisponibilizados

A Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paranaguá (Litoral) decretou a indisponibilidade de bens de 20 pessoas, físicas e jurídicas, envolvidas em possíveis fraudes na licitação para a concessão do transporte coletivo do município. O montante bloqueado foi de R\$ 13 milhões. A decisão, em caráter liminar, atende ação civil pública proposta pelos núcleos do Litoral e de Guarapuava do Gepatria (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa) do MP (Ministério Público) do Paraná.

### Fraudes no transporte

A ação é desdobramento da Operação Riquixá, iniciada em Guarapuava, que investiga em cinco municípios paranaenses (além de outros de São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal) organizações criminosas que fraudavam licitações do transporte coletivo. Em agosto de 2017, os agentes envolvidos no esquema em Paranaguá já haviam sido denunciados criminalmente pelos mesmos fatos.

10 JAN 2018

## FOLHA DE LONDRINA

# Temer espera STF, mas não se opõe a nova indicação ao Trabalho

Marina Dias

Folhapress

**Brasília** - O presidente Michel Temer decidiu assumir o desgaste e esperar a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a posse da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) como ministra do Trabalho. Na avaliação do presidente, uma nova indicação para o cargo deve partir do próprio PTB - e não de qualquer pressão do Palácio do Planalto - para evitar descontentamento entre os integrantes do partido.

Segundo a reportagem apurou, durante reunião nessa terça-feira (9) entre Temer e o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, que é pai de Cristiane, não se discutiu a substituição do nome da deputada.

Temer acredita que uma nova indicação poderia desagradar a Jefferson, importante articulador político da base aliada, e outros dirigentes petebistas, prejudicando assim a votação da reforma da Previdência, marcada para 19 de fevereiro.

O governo tem dificuldade em conseguir os 308 votos necessários para aprovar a proposta na Câmara e tem feito indicações políticas na tentativa de angariar apoio à medida.

Nessa terça, o vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Guilherme Couto de Castro, manteve a decisão que suspendeu a posse de Cristiane Brasil como ministra do Trabalho.

O juiz negou recurso da AGU (Advocacia-Geral da União) que tentava derrubar a liminar para que o governo pudesse realizar a posse ainda nesta terça. Diante disso, a AGU vai entrar com um recurso no STF e espera uma decisão até o fim desta semana.

Assessores do presidente dizem que a ordem de Temer é esperar a decisão do Supremo e, caso a corte mantenha a suspensão da posse, o Planalto consegue, assim, transferir o ônus e argumentar ao PTB que não há outra saída a não ser substituir o nome de Cristiane.

10 JAN 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

# Ministra faz visita a Piraquara e cobra respeito aos direitos dos presos



A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, veio ao Paraná ontem (9) para vistoriar o Complexo Penitenciário de Piraquara. A ministra conheceu a unidade de progressão e também a Casa de Custódia, equipada com celas modulares. Durante a visita a ministra respondeu a pergunta de um preso.

# 10 JAN 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS



Cármén Lúcia pretende conhecer todos os sistemas do Brasil

## Ministra cobra defesa de direitos dos presos no Brasil

Cármén Lucia fez visita ao Complexo de Piraquara

A presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármén Lúcia, veio ao Paraná ontem (9) para vistoriar o Complexo Penitenciário de Piraquara (CPP), localizado na Região Metropolitana de Curitiba. A mi-

nistra conheceu a unidade de progressão e também a Casa de Custódia, equipada com celas modulares.

Durante a visita, a ministra respondeu a uma pergunta de um preso que quis saber o que a ministra fazia no presídio. "Como é que os juízes podem agilizar seus

processos, principalmente ver como é que estão sendo respeitados os direitos. E onde não está respeitado, o que nós temos que fazer no judiciário para torná-los respeitados", disse a ministra.

A visita foi acompanhada pelo presidente da OAB Paraná, José Augusto

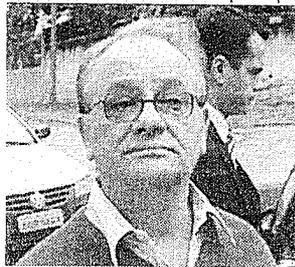
Araújo de Noronha; pelo secretário-geral adjunto, Alexandre Quadros; e pelo procurador-geral da seccional Andrey Salmazo Poubel. O secretário de segurança pública e administração penitenciária do Paraná, Wagner Mesquita, também acompanhou a vistoria. ■

1 0 JAN 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça revoga prisão de ex-diretor da Assembleia do Paraná

A Justiça revogou a prisão preventiva do ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) Abib Miguel, o Bibinho (foto). A defesa de Bibinho afirma que ele já foi solto. O ex-diretor foi preso em 17 de no-



vembro do ano passado, suspeito de integrar uma quadrilha que atua na extração ilegal de madeira em propriedades dele, no interior do estado.

### **Liminar**

O juiz Acácio de Mou-

ra, que concedeu a liminar, considerou que não havia mais necessidade de manter o ex-diretor na prisão e determinou que ele fique em casa, com monitoramento por tornozeleira eletrônica. ●

# BEM PARANÁ

#CARCERAGENS

Presidente do STF,  
Cármem Lúcia visita  
penitenciárias do PR

#PIRAQUARA

10 JAN 2018



Ministra passou por Piraquara

## Presidente do STF, Cármem Lúcia visita penitenciárias do Estado

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, visitou, ontem, o Complexo Penitenciário de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. A ministra conheceu as instalações, canteiros de trabalho e salas de aula, e ainda conversou com detentos. A visita foi acompanhada pelo Secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná, Wagner Mesquita e do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o desembargador Renato Bettega.

A ministra esteve primeiro na Casa de Custódia de Piraquara (CCP), unidade de entrada do sistema prisional que abriga 1,4 mil presos. O local recebe presos oriundos de delegacias que são identificados e encaminhados para outras unidades prisionais.

Em seguida, Cármem Lúcia conheceu a Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão (PCE-UP), que abriga 190 presos em fase final de cumprimento de pena, ou seja, próximos a sair em liberdade. Na unidade penal, 100% dos presos trabalham e estudam em período integral.

### Agenda

A ministra pretendia ainda visitar a Penitenciária Feminina do Paraná, mas por motivo de agenda não foi possível, já que uma reunião no Tribunal de Justiça do Paraná estava agendada para o início da tarde. Cármem Lúcia afirmou que a visita ao Paraná já estava programada e faz parte de uma série de visitas que tem feito pelo Brasil. Com essa, ela encerra as visitas aos estados do Sul. Segundo a ministra, a intenção das visitas é buscar soluções para o sistema prisional de todo o país.

“Essa é uma visita importantíssima para o Paraná. A ministra teve a oportunidade de conhecer nossa unidade de entrada que é a Casa de Custódia e também a Unidade de Progressão, que é uma unidade em que 100% dos presos trabalham, estudam, com um baixíssimo índice de reincidência criminal, ou seja, é uma porta de saída adequada do sistema”, disse o secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Wagner Mesquita. Piraquara ainda deve ter a construção de uma nova unidade que vai abrigar 600 presos.

# BEMPARANÁ

## JÔNATAS PIKIEL

### #A CONDUTA E O DIREITO PENAL

## O ministro e o juiz

10 JAN 2018

A grave crise institucional que toma conta do país, sem que se veja uma luz no fundo do túnel para dissipá-la, atinge de frente a dignidade da própria justiça, quando a “corte suprema de justiça” está no chamado “olho do furacão”. E tem como protagonista principal o ministro Gilmar Mendes, que compõe a “corte” pelo conhecido quinto constitucional, que leva para lá advogados e promotores de justiça. A composição política desta “corte constitucional”, além de suas decisões eminentemente políticas, têm trazido grandes prejuízos à reputação da justiça. Outrora respeitada por toda a sociedade, hoje desprestigiada e lançada no rol da mudanças que devem ser feitas em nosso país, na expectativa da construção de uma nova ordem institucional, com base na moralidade e no respeito aos anseios de uma sociedade que não tolera mais os privilégios das classes dominantes.

Ao apagar das luzes, o mesmo ministro Gilmar Mendes, ao promover a soltura do ex-governador do Rio de Janeiro, foi motivo de um áudio, supostamente de autoria do juiz Glauceir de Oliveira, da Vara de Campos de Goytacazes, que conduziu o processo contra o mesmo ex-governador, acusado de corrupção eleitoral.

No áudio, num desabafo de quem está cansado de fazer a coisa de forma responsável, o ministro é acusado de corrupção por, supostamente, ter recebido dinheiro em troca da concessão da liberdade. Apesar da reação do Corregedor-Geral do TSE, também ministro Napoleão Nunes Maia, ameaçando o juiz, sem nem mesmo comprovar a autoria do áudio, e do fórum Nacional dos Juizes Criminais prestar solidariedade ao juiz, e do próprio ministro Gilmar Mendes pedir a investigação pela Polícia Federal, até o presente momento ninguém sabe se o áudio é de autoria do magistrado, nem mesmo ele veio a público para esclarecer.

De forma que tudo pode ficar “pelo dito e não dito”, como todas as outras acusações contra o ministro, inclusive aquelas feitas pelos seus próprios colegas de “corte”. O que torna, mais esta ocorrência, profundamente constrangedora para a dignidade da “justiça” que não tem interesse de apurar a conduta de seus membros “supremos” como já disse o dono do STF, o ministro Gilmar Mendes!

Se somente uma destas denúncias fosse contra um cidadão comum, este já teria contra si a polícia, o ministério público e as cortes de justiça do país, conduzindo-o à “forca”. Mas, como nem todos são iguais perante a lei...Ora, a lei!

\* O autor é advogado criminalista  
(jonataspikiel@terra.com.br)

# BEMPARANÁ 10 JAN 2018

# OPERAÇÃO RIQUIXÁ

## Justiça bloqueia bens de acusados

A Vara da Fazenda Pública de Paranaguá (Litoral), bloqueou os bens de vinte pessoas, físicas e jurídicas, envolvidas em possíveis fraudes na licitação para a concessão do transporte coletivo do município. O valor bloqueado foi de R\$ 13 milhões. A decisão, em caráter liminar, atende ação civil pública proposta do Ministério Público. A ação é desdobramento da Ope-

ração Riquixá, iniciada em Guarapuva, que investiga em cinco municípios paranaenses organizações criminosas que fraudavam licitações do transporte coletivo. Em agosto de 2017, os envolvidos no esquema em Paranaguá já haviam sido denunciados criminalmente pelos mesmos fatos.

Na ação, o MP pede a responsabilização pela prática de atos de impro-

bidade administrativa do ex-prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, do ex-secretário municipal de Assuntos Jurídicos e de advogados e empresários ligados ao grupo empresarial vencedor da licitação. Além disso, a Promotoria pediu a anulação da concorrência e a realização de nova licitação para a concessão dos do transporte coletivo.

### PAINEL

#### No site

Leia em [www.bemparana.com.br/questadodireito](http://www.bemparana.com.br/questadodireito) artigo do advogado Fernando Spertongo Patria, membro do Departamento Cível Empresarial do Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados, com o título "Lei do bullying é omissa e não prevê punição objetiva para agressor".

#### Pensão

Avós que assumem pagamento de pensão aos netos não podem ser presos por deixar de quitar os valores devidos. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

#### Pena

Com a nova lei que aumenta a pena para motorista que comete homicídio ao dirigir alcoolizado a pena será de 5 a 8 anos — a anterior era de 2 e 4 anos.

#### Mulheres

Nova lei permite que mulheres ocupem qualquer cargo na Marinha, como os da Armada e do corpo de Fuzileiros Navais. Antes, somente homens podiam desempenhar essas funções.

#### Justa causa

Empregado absolvido em processo criminal sobre fraude na empresa não reverte decisão da Justiça trabalhista que confirmou a demissão por justa causa. O entendimento é da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do TST.

#### Identificação

Morador impedido de entrar no Condomínio onde reside por falta de identificação no carro tem direito de ser indenizado por danos morais. O entendimento é da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Rio Branco-AC.

#### FGTS

Qualquer doença grave de dependente permite que trabalhador retire o seu FGTS, em nome do princípio da dignidade humana. O entendimento é do juiz da 4ª Vara Federal Cível no Espírito Santo.

#### Violência

Lei Maria da Penha também se aplica a casos envolvendo menores, pois ela trata de violência familiar da qual podem ser vítimas crianças e idosos do sexo feminino. O entendimento é da Turma de Câmaras Criminais Reunidas do TJ do Mato Grosso.

#### Enfeites

O Ministério Público entrou com ação por improbidade administrativa contra cinco ex-agentes públicos de Cornélio Procopio, entre eles, o ex-prefeito da cidade, já afastado do cargo desde 2016 pelos atos praticados. De acordo com a investigação do MP, com o objetivo de quitar dívida com empresa que vendeu enfeites de natal para o município em 2014, o ex-prefeito, em conjunto com os demais agentes públicos requeridos na ação, dirigiu procedimento de compra direta para contratação do citado fornecedor.

10 JAN 2018

# BEMPARANÁ

## Voto biométrico atinge 84% dos eleitores do Paraná

TRE fechou 2017 com mais de 6,6 milhões de eleitores cadastrados por digitais

Da Redação

A Justiça Eleitoral do Paraná fechou o ano de 2017 com a marca de 6.642.360 eleitores cadastrados para o voto biométrico, no qual o eleitor é identificado através das impressões digitais - o que equivale a 84,03% do eleitorado. Em números absolutos, o Estado ficou em segundo lugar no país no processo de revisão biométrica nacional. Em primeiro lugar aparece São Paulo, com 10.648.557 eleitores, o que equivale a 32,54% do eleitorado daquele Estado.

Se comparado o resultado com o do Rio Grande do Sul, que possui uma estrutura semelhante a do Paraná, o TRE gaúcho já revisou 4.352.808 eleitores, o equivalente a 52,15% e ocupa a quinta posição nacional, atrás de Bahia e Pernambuco, que aparecem, respectivamente, em terceiro e quarto lugares.

Ao todos, 182 municípios do Paraná passaram por revisão biométrica obrigatória no ano passado. Foram registrados 2.367.280 atendimentos, o que equivale a 116,73% da meta prevista para o ano. Segundo o TRE, a meta foi atingida dois meses antes do prazo final, que terminou dia

15 de dezembro, com uma média de 205.850 eleitores atendidos por mês.

A biometria é um método tecnológico que permite reconhecer e identificar uma pessoa por meio de suas impressões digitais, que são únicas. Não existem duas impressões digitais iguais. Na Justiça Eleitoral, o cadastro biométrico é utilizado para tornar as eleições ainda mais seguras e prevenir fraudes.

Nodia da votação, após a prévia apresentação dos documentos, a identidade do eleitor será confirmada por meio da sua impressão digital. Se o mesário tiver dúvidas com relação ao eleitor, ou se a sua digital não for reconhecida, ele terá à sua disposição a folha de votação com as fotos de todos os eleitores daquela seção, a qual poderá recorrer para a confirmação da identidade.

**Mutirão** - O Paraná possui exatos 7.904.562 eleitores. Em 2009, o município de Balsa Nova, na região metropolitana de Curitiba, inaugurou a biometria no Estado. Desde então, a Justiça Eleitoral tem realizado um planejamento para que todos os eleitores sejam recadastrados biometricamente.

A meta do TRE/PR é que ao menos

85% dos eleitores votem nas eleições de 2018 já por meio da identificação das digitais, em 281 municípios, sendo 251 já concluídos. Para isso, foi montado no interior do Estado, desde do 3 de abril passado, um mutirão de atendimento nas zonas eleitorais do interior. Para o desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, presidente do TRE, "esta marca só foi possível devido ao empenho dos incansáveis servidores, juizes e promotores eleitorais, grupos de trabalho da biometria, além do apoio da imprensa, das autoridades municipais e a adesão irrestrita de toda a sociedade".

**Retomada** - A partir da próxima segunda-feira, dia 15, serão retomados os mutirões de biometria obrigatória em 30 municípios do Paraná, com término em 30 de março de 2018. Nas cidades onde não há ainda a biometria obrigatória, o eleitor pode comparecer caso queira, para antecipar-se e fazer sua biometria. Mas somente nas cidades onde houve a biometria obrigatória é que os eleitores votarão já pelo sistema do reconhecimento das digitais. A previsão é que em 2019, 100% do eleitorado paranaense esteja recadastrado biometricamente.

10 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Temer vai esperar o Supremo para decidir sobre ministra

Liminar contra posse de Cristiane Brasil no Trabalho foi mantida por TRF

**Cerimônia de posse em ministério estava marcada para esta terça, mas foi cancelada pelo Planalto**

O presidente Michel Temer pretende manter a escolha de Cristiane Brasil (PTB-RJ) para o Ministério do Trabalho até que o STF (Supremo Tribunal Federal) decida sobre a posse da deputada.

Segundo a **Folha** apurou, Temer assumiu o desgaste criado em torno da nomeação de Cristiane para evitar desagradar a Roberto Jefferson, presidente do PTB e pai da congressista, e não abrir crise com um dos principais partidos de sua base aliada.

Na avaliação do presidente, uma nova indicação para o posto deve partir do próprio PTB — e não de qualquer pressão do Palácio do Planalto.

Nesta terça-feira (9), o vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Guilherme Couto de Castro, manteve decisão da primeira instância que suspendeu a posse de Cristiane Brasil.

O juiz negou recurso da AGU (Advocacia-Geral da União) que tentava derrubar a liminar para que o governo pudesse empossar a deputada ainda nesta terça-feira. Diante desse cenário, a AGU entrou com um recurso no STF e espera uma decisão até o fim desta semana.

Assessores do presidente dizem que a ordem é esperar a palavra final do Supremo e, caso a corte mantenha a suspensão da posse, Temer conseguirá transferir o ônus e argumentar ao PTB que não há outra saída a não ser substituir o nome de Cristiane.

Durante reunião nesta terça entre Temer, Jefferson, Cristiane e o líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO), não foi discutida qualquer possibilidade de reverter a indicação da deputada.

A escolha, na semana passada, da filha do delator do mensalão para substituir Ronaldo Nogueira no Ministério do Trabalho foi uma espécie de recompensa pela atuação de Jefferson.

Ele trabalhou pessoalmente para que a bancada de seu partido definisse apoio à reforma da Previdência, principal bandeira do governo.

Auxiliares de Temer dizem, em conversas reservadas, que o “temperamento combativo” de pai e filha deve impedir qualquer movimento do PTB para trocar a indicação.

À **Folha** Cristiane afirmou que “não existe hipótese” de ela desistir de assumir o Ministério do Trabalho.

A deputada negou ainda que o presidente tenha tentado convencê-la a abrir mão do posto. “Nada dito foi dito”, disse a deputada, que participou do encontro com Temer ao lado do pai.

A decisão que suspendeu sua posse foi resultado de uma ação movida por um grupo de advogados que protocolou diversas ações populares nas varas da Justiça Federal do Rio, com o argumento de que a futura ministra não pode ser empossada visto que foi condenada por desrespeitar direitos do trabalho.

Cristiane foi condenada a pagar R\$ 60 mil por dívidas trabalhistas a um de seus ex-motoristas e fez um acordo com outro profissional, no valor de R\$ 14 mil, para evitar uma nova condenação.

Ambos alegaram que cumpriam jornadas superiores a 12 horas e que ela não pagou horas-extras, férias, 13º salário, FGTS e verba rescisórias na demissão. Cristiane disse no processo que eles eram prestadores de serviço, sem vínculo trabalhista com ela.

Além disso, o dinheiro para o pagamento da dívida de R\$ 14 mil saiu da conta de uma assessora de gabinete da deputada — ela diz que não há irregularidade.

Nesta terça, a **Folha** revelou ainda que a petebista tem destinado parte de sua cota parlamentar a uma locadora de veículos que pertence à tia de sua chefe de gabinete.

Mesmo com os casos tornados públicos, auxiliares de Temer minimizam as ações trabalhistas e dizem que não são fatores impeditivos para a nomeação de Cristiane.

**CONTÍNUA**

# FOLHA DE S. PAULO 10 JAN 2018

## CONTROVÉRSIA NA ESPLANADA

Os atritos que marcaram os ministérios de Temer

## CONTINUAÇÃO

### CONVIDADOS NA PORTA

A cerimônia de posse da deputada como ministra do Trabalho estava marcada para a tarde de terça.

Mesmo com a suspensão de sua nomeação pela primeira instância, o evento constava da agenda de ministros, como Moreira Franco (Secretaria-Geral), e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Um dos salões do Planalto foi preparado para a cerimônia e alguns convidados chegaram a comparecer à portaria, mas foram aconselhados pelo cerimonial da presidência a voltarem mais tarde.

A expectativa do governo era a de que a liminar da primeira instância fosse derrubada pelo TRF ainda nesta terça e que, dessa forma, Cristiane seria empossada. (MARIANA DIAS, DANIEL CARVALHO, GUSTAVO URIBE E ÍTALO NOGUEIRA)

**SEM MULHERES**  
A primeira equipe ministerial de Temer, em maio de 2016, foi a primeira sem mulheres desde o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Meses depois, ele nomeou uma mulher no primeiro escalão: Grace Mendonça, na Advocacia-Geral da União

**CULTURA**  
A primeira composição da Esplanada também deixou de fora o Ministério da Cultura, recriado após uma série de protestos em todo o país. Desde então, a pasta já teve três titulares, incluindo Marcelo Calero, que se demitiu denunciando o ex-ministro Geddel Vieira Lima

**FORO PRIVILEGIADO**  
Em 2017, Temer recriou a Secretaria-Geral de Governo, comandada por Moreira Franco, um de seus aliados mais próximos. Com o cargo, o ministro, citado em delações na Operação Lava Jato, passou a ter foro privilegiado

**DANDO TRABALHO**  
No fim de 2017, Ronaldo Nogueira (PTB) pediu demissão do Ministério do Trabalho. Temer, então, nomeou o petebista Pedro Fernandes, mas teve de voltar atrás por uma suposta desaprovação de José Sarney. O cargo foi oferecido a Cristiane Brasil

## POLÊMICAS DE CRISTIANE

## OUTRO LADO

Foi citada na delação da Odebrecht em 2017 como beneficiária de R\$ 200 mil via caixa dois na campanha de 2012

Diz que a acusação é "um comentário sem qualquer prova" e que os contatos que teve com a Odebrecht foram só institucionais

Foi condenada a pagar R\$ 60,5 mil a um motorista que alegou não ter carteira assinada e cumprir jornada desmedida. Em outro caso, ela fez acordo para pagar R\$ 14 mil em parcelas a outro motorista

Cristiane Brasil afirma que as acusações dos trabalhadores são injustas, mas que respeita as decisões da Justiça

Parcelou o pagamento da dívida de R\$ 14 mil mas o dinheiro saiu da conta de uma assessora

A deputada diz que reembolsou a assessora e que a funcionária a representou na Justiça, como preposta

Passou o Ano-Novo em Fernando de Noronha em um hotel da Força Aérea

Disse que pagou pela estada e que tudo foi lícito

Destinou parte de sua cota parlamentar a uma locadora de veículos que pertence à tia de sua chefe de gabinete

Disse que vários parlamentares usam a empresa, que pratica preço abaixo do mercado

FOLHA DE S. PAULO 10 JAN 2018  
ANÁLISE ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA

# Judiciário tenta impor agenda à revelia da lei

Em liminar contra posse de Cristiane Brasil em ministério, juiz do Rio formula novos parâmetros para a moralidade administrativa

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA  
ESPECIAL PARA A FOLHA

A decisão liminar que suspendeu a posse de Cristiane Brasil como ministra usa como fundamento a moralidade administrativa. Para o juiz, a nomeação de uma pessoa condenada na Justiça do trabalho para o cargo de ministra do Trabalho não seria razoável; mais do que isso, seria grave e inconstitucional.

Ocorre que a Constituição Federal oferece os parâmetros para essa moralidade administrativa em vários artigos, impondo, por exemplo, a inelegibilidade e a perda de mandato para os condenados definitivos por crimes ou por improbidade (art. 15, 3 e 5); restrições a eleições de parentes de políticos (art. 14, §7º); o afastamento do cargo de um presidente que se torne réu ou que cometa crime de responsabilidade (art. 86, §1º e 85). Se não oferece os parâmetros, manda que a lei o faça —como na Lei da Ficha Limpa.

Porém, na indicação de ministros de Estado, a Constituição exige apenas a idade mínima de 21 anos e o pleno exercício dos direitos políticos (art. 87). Ou seja, pelos parâmetros constitucionais, trata-se de um cargo de livre nomeação e exoneração, um poder conferido ao presidente da República (art. 84, 1) de escolher sua equipe de governo.

Não há nenhuma vedação constitucional a que condenados no âmbito civil ou trabalhista ocupem cargos ministeriais, assim como não há nenhuma vedação para que um réu ou investigado o faça.

A questão aqui, portanto, não deveria ser jurídica. É uma questão política e, politicamente, poder-se-ia cogitar que apenas um presidente sem nenhuma popularidade —e que por isso não se importa com a opinião pública— teria a pachorra de indicar tal figura para compor um ministério que, cá entre nós, já não guarda grande reputação.

Mas o tema se tornou jurídico a partir do momento em que um juiz decidiu criar novos parâmetros sobre a moralidade administrativa. Mas esse não é um caso isolado. Na verdade, pode-se afirmar que o Judiciário vem impondo uma agenda de moralização judicial da política, muitas vezes à revelia do que diz a lei.

Um conjunto de decisões dos últimos anos revela uma visão bastante particular de como os juízes enxergam a política: algo eminentemente ruim, imoral e viciado. Foi assim quando o STF julgou o financiamento privado de campanhas; quando aprovou a restrição à fusão de partidos na minirreforma eleitoral de 2015; quando implantou a execução da pena sem trânsito em julgado da condena-

ção; quando afastou Eduardo Cunha da presidência da Câmara dos Deputados ou quando acenou que réus não poderiam ocupar cargos na linha sucessória da Presidência da República, sem esquecer o veto à posse de Lula.

O combustível dessa agenda é a Operação Lava Jato que, se por um lado tem o enorme mérito de revelar a corrupção de empresários e políticos, por outro tem servido de pretexto para blindar os abusos do Judiciário. Basta carimbar uma medida como “contra a Lava Jato” para decretar seu fim: veja o debate sobre os supersalários dos juízes ou o indulto do Natal.

Ninguém ignora o altíssimo nível do mar de lama que banha nossa classe política; há muitas razões para críticas contundentes, propostas de reforma e ansiedade por novas eleições. Mas nada autoriza que o Judiciário atue fora das regras por aí, cassando mandatos e ou nomeações.

Não há saída fora da Constituição.

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA é professora e coordenadora do Supremo em Pauta da FGV Direito SP.

UM CONJUNTO DE DECISÕES REVELA QUE JUÍZES VEEM A POLÍTICA COMO ALGO EMINENTEMENTE RUIM, IMORAL E VICIADO

# FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

## Currículos notáveis

**RIO DE JANEIRO**- Você viu a cena: 40 homens em fila, cada qual esperando a vez para debruçar-se sobre uma mesa e cheirar uma robusta fileira de cocaína. Isto feito, o sujeito voltava para o fim da fila até chegar de novo a sua vez —eram cerca de 160 fileiras, ou quatro cafungadas per capita. O ágape aconteceu num pavilhão do Presídio Central de Porto Alegre, controlado pela Polícia Militar.

O novo chefe do Detran de Minas Gerais, um delegado da Polícia Civil mineira, tem um invejável histórico como motorista: já foi multado uma vez por dirigir sem cinto de segurança, quatro por avançar o sinal e 21 por excesso de velocidade. Isso lhe rendeu 120 pontos na carteira — seis vezes mais que o permitido—, o que significa que terá de mandar apreender a sua, dele, carteira. Diz ele que foram outros que pegaram o seu carro e fizeram essas lambanças. Alguém que não toma conta do próprio carro pode dirigir o trânsito de um estado?

A candidata do governo Temer ao ministério do Trabalho, que deveria garantir os direitos dos trabalhadores, está sendo processada por dois ex-motoristas que a acusam de não ter assinado suas carteiras profissionais quando foram empregados dela. A Justiça do Trabalho já a condenou numa das ações e a obrigou a pagar ao ex-funcionário R\$ 14 mil em parcelas de R\$ 1,4 mil, o que ela está fazendo. Mas, estranhamente, o dinheiro não sai de seu bolso, e sim da conta bancária de uma funcionária do seu gabinete como deputada.

Se a deputada virar ministra, assume seu lugar na Câmara seu suplente, por acaso condenado a 12 anos de prisão em regime fechado por submissão de adolescentes ao ato sexual, mas posto em liberdade pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski. O condenado, também por acaso, é irmão do ex-governador do Rio Anthony Garotinho.

Currículos notáveis.

10 JAN 2018

10 JAN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## União pede que Cármen Lúcia revogue suspensão de indulto

Ministra qualificou decreto de Temer de 'benemerência sem causa'

REYNALDO TUROLLO JR.  
DE BRASÍLIA

A AGU (Advocacia-Geral da União) enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta segunda-feira (8) uma manifestação em que pede à ministra Cármen Lúcia, presidente da corte, que revogue sua liminar que suspendeu trechos do indulto natalino assinado pelo presidente Michel Temer.

Na manifestação, a AGU, que representa o governo, rebate a Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, contra o indulto.

Dodge afirmou que, com o indulto de Temer, "a Lava Jato está colocada em risco, assim como todo o sistema de responsabilização criminal".

O advogado-geral da União substituto, Paulo Gustavo Medeiros Carvalho, que assina a peça, diz que o indulto é ato discricionário e privativo do chefe do Executivo. "É certo que não há qualquer violação ao princípio da separação de Poderes, em razão de alegação de suposta concessão de benefício desproporcional e desarrazoado."

"O indulto coletivo é concedido para sentenciados que cumpram determinados requisitos em dado período de tempo específico (na hipótese, até 25 de dezembro de 2017). Ou seja, está claro que o benefício não se aplica a futuras condenações e, portanto, o decreto não terá o condão de fulminar as possíveis medidas penais que emanarão daquela Operação [a La-

va Jato]", afirmou a AGU.

Dodge pediu, em 27 de dezembro, que o STF concedesse liminar para suspender parte do indulto, especialmente a redução do tempo de prisão para obtenção dos benefícios —o tempo exigido caiu de um quarto para um quinto da pena para não recorrentes.

No dia 28, a presidente do Supremo atendeu ao pedido da PGR. Cármen Lúcia qualificou o conteúdo do decreto de Temer de "benemerência sem causa" e sem fundamento legal e disse que seus dispositivos "dão concretude à situação de impunidade" e invadem competências do Judiciário e do Legislativo.

"Indulto não é nem pode ser instrumento de impunidade", afirmou a ministra.

Outro ponto questionado por Dodge na ação era o que prevê a possibilidade de livrar os presos de pagamento de multas relacionadas aos crimes cometidos.

### CRISE ORÇAMENTÁRIA

"Em um cenário de declarada crise orçamentária e de repulsa à corrupção sistêmica, o Decreto 9.246/17 passa uma mensagem diversa e incongruente com a Constituição", disse Dodge.

Para a AGU, "o Chefe do Poder Executivo, em nenhum momento, isenta o condenado do dever legal de pagar eventual indenização arbitrada, apenas não condiciona o seu adimplemento ao gozo do benefício do indulto".

"Privar o sentenciado do gozo do indulto por causa de falta de pagamento da inde-

nização simbolizaria manter encarcerado indivíduo apenas em razão da sua incapacidade financeira, o que vai de encontro com o texto da Carta Fundamental", disse.

A AGU também destacou que "não se pode perder de vista que o indulto é considerado uma política eficaz no combate à superlotação carcerária e à ressocialização dos condenados".

**CONTINUA**

1 0 JAN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### INDULTO DE NATAL

Decreto de Temer tenta tornar medida mais generosa



#### O que é o indulto?

É um ato de clemência estatal que pode ser total ou parcial. No Brasil, é de competência exclusiva do presidente da República, segundo o artigo 84 da Constituição



#### Quem poderá ser contemplado com o indulto?

O preso que tenha cumprido os prazos para o benefício, à exceção de pessoas que tenham cometido crimes hediondos, de tortura e terrorismo



#### O que a PGR contesta?

A procuradora-geral, Raquel Dodge, alegou que chefe do Executivo não tem poder ilimitado de conceder indulto. Segundo ela, o texto é o "mais generoso" das últimas décadas e coloca a Lava Jato em risco



#### O que Cármen Lúcia decidiu?

A presidente do STF suspendeu os efeitos de três artigos, entre eles o que concede o indulto, genericamente, a quem cumpriu um quinto da pena, se não reincidente, e um terço da pena, se reincidente, nos casos de crime sem grave ameaça

FOLHA DE S. PAULO 10 JAN 2018

# Justiça de SP livra motoristas de nova regra para aplicativos

Normas começam a valer na cidade de São Paulo nesta quarta; carros com placa de fora da capital estão vetados

**Motorista que utiliza carro de locadora com placa de outro Estado também será impedido de dirigir na capital**

FABRÍCIO LOBEL  
DE SÃO PAULO

Ainda que as multas só comecem em duas semanas, entram em vigor nesta quarta-feira (10) as novas regras para motoristas e veículos de aplicativos na cidade de São Paulo. Enquanto isso, alguns condutores da Grande SP já têm debaixo do braço decisões judiciais que os permitem driblar parte da regulação feita pela gestão João Doria (PSDB).

Pelas novas regras, anunciadas em julho do ano passado, motoristas terão que fazer cursos preparatórios, obedecer regras de etiqueta e até de vestimenta e submeter seus veículos a uma inspeção nos aplicativos em que trabalham.

Mas a norma que tem levado a maior parte dos condutores à Justiça é a que restringe carros com placas de outros municípios de apanhar passageiros dentro do limite da cidade de São Paulo.

Com carro emplacado em Guarulhos, Marcos Bujes, 43, trabalha com três aplicativos e, pelas regras, não poderia mais iniciar corridas em São Paulo. Mas, no início de novembro, obteve uma liminar

(decisão temporária) na Justiça paulista para contornar essa norma específica.

Em sua sentença, a juíza Maria Fernanda Rodovalho decidiu que a prefeitura invadiu o poder de decisão do governo federal ao vetar que veículos de fora de São Paulo trabalhem com aplicativos dentro do município — tese refutada pela gestão Doria. Bujes agora anda com cópia da liminar dentro do carro.

“Eu começo a trabalhar em Guarulhos, mas as próprias corridas vão me jogando para São Paulo. Dentro do aplicativo, o motorista não tem controle de onde vai parar.”

Apesar disso, ele terá que respeitar as demais normas da regulação. “No fim do dia, trabalho mais em São Paulo do que em Guarulhos.”

O caso de Bujes foi um balão de ensaio para o escritório do advogado Rodrigo Leal.

Após as primeiras vitórias na Justiça, a procura de motoristas pelo advogado aumentou. Hoje, ele diz contabilizar 35 pedidos de liminares para tentar livrar condutores de fora de São Paulo da regra das placas. Destes, 28 deram ganho aos profissionais e cinco à prefeitura (outras duas aguardam resultado), diz ele.

## ESTRATÉGIA

Em vídeos na internet, representantes de motoristas de aplicativos incentivam a

busca por liminares para tentar aos poucos minar na Justiça a regra municipal.

Segundo a prefeitura, esse ponto específico da regra visa atender a legislação referente ao IPVA, um imposto estadual, mas que tem metade da sua arrecadação destinada ao município onde o carro foi emplacado. Parte do recurso é revertido para obras de recapeamento e melhoria de vias.

A mudança, na prática, também barra carros de locadoras que tenham placas de outros Estados onde o IPVA é mais barato. O aluguel desses carros por motoristas de aplicativos se tornou comum no país. Locadoras e aplicativos também incentivam a prática.

Também morador de Guarulhos, o motorista Celso Felício, 49, não tem uma liminar que o autorize a trabalhar em São Paulo. Teoricamente, a partir desta quarta, ele estará irregular na capital.

“Para mim, isso significa praticamente o desemprego. Se eu pegar uma corrida partindo de Guarulhos para São Paulo, eu posso ir, mas retornarei vazio até o limite dos municípios”, conta ele. “A queda que isso vai significar no meu orçamento é imensa.”

**CONTINUA**

10 JAN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Para Felício, com o tempo essas viagens ficarão pouco atraentes para motoristas como ele, que deixarão o serviço. Por isso, ele espera que uma regulação federal avance e proíba o bloqueio a carros de municípios vizinhos da cidade de SP. "Não vou correr atrás de uma liminar que amanhã pode cair. Liminar é remédio paliativo", afirma.

### 'CARRO VELHO'

Outra regra de Doria é a que bane veículos com mais de sete anos de fabricação nos serviços por aplicativos.

Inicialmente, a prefeitura pretendia retirar das ruas os carros de aplicativos com mais de cinco anos, mas, após pressão dos profissionais e dos aplicativos, recuou nesta terça-feira (9). A brecha na regra foi aberta, porém, apenas para os motoristas cadastrados nos aplicativos até julho do ano passado.

Com o recuo, quem se livrou da proibição foi o paulistano Igor de Lima, 38, que dirige para aplicativos há um ano. Ele tem um Peugeot fabricado em 2011 em bom estado e com bancos de couro recentemente trocados.

Ele já se planejava para dar o carro como parte do pagamento em um modelo novo e trabalhar mais para pagar a diferença. "Agora ganhei mais tempo", comemora.

Em duas semanas, motoristas fora das regras poderão ter seus carros apreendidos.

**“** Eu começo a trabalhar em Guarulhos, mas as próprias corridas vão me jogando para São Paulo. Dentro do aplicativo, o motorista não tem controle de onde vai parar

MARCOS BUJES, 43  
motorista de aplicativo que atua na capital paulista mas com carro com placa da vizinha Guarulhos

# A comédia bufa com a sra. Brasil

**O**s policiais do Rio Grande do Norte não receberam seus vencimentos de dezembro nem o equivalente ao 13.º salário. Por isso pararam de trabalhar, comprometendo gravemente a segurança pública do Estado. Alegam também não ter condições de entrar em ação porque a frota está sucutada e os equipamentos à sua disposição não lhes permitem enfrentar o cotidiano arriscado e violento em condições condizentes. Não são, como se vê, só pretextos.

A desembargadora Judite Nunes considerou o quartelamento dos policiais militares e a paralisação dos civis indícios de greve dos agentes estaduais de segurança e isso não é permitido por lei. Mas os policiais não voltaram a patrulhar as ruas e as delegacias continuaram sem funcionar. O desembargador Cláudio Santos, do Tribunal de Justiça, então, determinou que o comandante da Polícia Militar e o secretário de Segurança Pública prendessem os amotinados. Estes se reuniram, algemaram-se a si próprios, num gesto de rebeldia e desafio, mas não foram, e ainda não estão, presos. A solução encontrada foi mandar tropas federais para o Estado sem polícia. Até quando? Quem garante o quê nessa situação? A quem o cidadão desarmado e à mercê de bandidos armados até os dentes na rua deve apelar? Ao papa argentino? Ao beirute de Túnis? A Virgem Maria? Ou a Iemanjá, a rainha do mar?

O impasse do Rio Grande do Norte não foi isolado, nem único, nem singular. Os servidores do outro Rio Grande, o do Sul, tomam dinheiro emprestado em bancos para sustentar a família, já que o disponível nos cofres do Estado não lhes supre as necessidades. É o caso

**Ministra que despreza  
a lei faz governo cair...  
por enquanto, na  
galhofa geral brasileira**

de outra Unidade da Federação com nome de Rio, o de Janeiro. Sem recursos para pagar suas contas, funcionários fluminenses reúnem-se nas ruas, gritam palavras de ordem, armam barricadas e queimam pneus. Em vão! Em Aparecida de Goiânia, as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e Comando Vermelho (CV), do Rio, degolam, trucidam e incineram os oponentes ao lado.

Sete dos nove governadores do Nordeste atribuem a situação terminal de seus presídios à inerte insensibilidade do governo federal. O ministro da Justiça, Torquato Jardim, recebe as críticas sem humildade, com quatro pedras na mão. Nessa pendência ninguém tem razão. Os Estados, entes federativos responsáveis pela segurança dos cidadãos, desperdiçam quase tudo o que arrecadam em salários, penduricalhos e outros privilégios do corpo funcional inchado e disforme, cujo dispêndio é desproporcional à capacidade do erário. A União, que deveria mais propriamente ser chamada de Desunião, ocupa-se em distribuir emendas orçamentárias para manter prerrogativas, como o foro privilegiado.

Como não há mais beirute em Túnis e os prelados católicos já não dispõem de patrimônio para alimentar e vestir os servidores flagelados, os governadores rebelados apelam ao que lhes parece disponível: o Judiciário. Pediram audiência à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e, como parece não ter mais a fazer, Cármen Lúcia os recebe. A exemplo

dos cavaleiros gaúchos do célebre poema do folgazão pernambucano Ascenso Ferreira, “para quê? Para nada!”. Na reunião, a procuradora de origem só pode usar belas frases inúteis e vazias de sempre. De nada servem. E os chefes dos Executivos estaduais entram e saem de mãos abanando.

Na presidência do STF, Cármen Lúcia interpreta as fadas dos contos infantis e tem valia similar à delas. Em 2017, também presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ela visitou presídios do País, mas passou ao largo de Aparecida de Goiânia, pois o governador de Goiás, Marconi Perillo, achou que seria impróprio. Agora ele mudou de opinião, mas repetiu-se o *forfait*: não tinha o que fazer lá. Em 2014, e há dois meses, ela encarregou subordinados de fazerem relatórios sobre a prisão. Nada mudou e veio o *réveillon* do horror.

Seria o caso de, em reuniões como essa, ou quando dispara ordens para que preparem relatórios que só repetem os anteriores e nada produzem de efetivo, dona Cármen e seus dez pares da tábua-ferradura se darem as mãos e entoarem em coro, fazendo eco a Roger Moreira e ao *Ultraje a Rigor*: “Inútel, a gente somos inútel”. Mas, não: enquanto o governador Perillo faltava ao expediente e se escondia da crise pulando as sete ondinhas para Iemanjá numa praia de Pernambuco, Cármen, no plantão do último recesso, antes de passar coroa e cetro para Dias Toffoli, não podia ter perdido essa chance para proferir mais uma frase de efeito. Ela já disse: “Cala a boca nunca mais”. E mais: “O cinismo venceu a esperança e agora o escárnio venceu o cinismo”. Não seria esta a hora de o inócuo derrotar o escárnio? É o que parece!

**CONTINUA**

10 JAN 2018

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Hoje nossos presídios são puxadinhos dos palácios. Serviços de Geddel Vieira Lima, residente na Papuda, em Brasília, cuidam de seus interesses na Secretaria de Governo, sob Carlos Marun, capanga de Eduardo Cunha, que mora numa cela, em Curitiba. A ministra a ser encarregada da reforma trabalhista foi indicada por papai, o ex-presidiário Roberto Jefferson, delator, réu confesso do mensalão, indultado por Dilma e perdoado pelo STF, sempre apto a soltar, nunca disposto a prender. A filha, condenada por violar as leis trabalhistas, paga acordo com outro "ex-escravo" dispondo da conta bancária de uma assessora, da mesma forma que Job Brandão, ex-empregado da *famiglia* Vieira Lima, "doava" 80% dos vencimentos às contas dos chefões. A débil gestão Temer caiu... por enquanto na galhofa geral. E se prepara para não reformar a Previdência, mesmo com a ficha-sujíssima sra. Brasil na equipe.

Sendo Cármen Lúcia inapta e inepta para decepar o nó górdio que pretende desatar, e à falta de beis e bispos, a plateia pagante do show só exige que se investiguem todos os suspeitos e se prendam todos os culpados, sob pena de este sr. Brasil velho não ter mais cura.



JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

# Temer vai ao STF e mantém indicação de Cristiane Brasil

Governo recorre da suspensão da nomeação da filha de Jefferson para o Ministério do Trabalho; posse estava marcada para ontem

BRASILIA

O presidente Michel Temer decidiu ontem recorrer ao Supremo Tribunal Federal para nomear a deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) como ministra do Trabalho, depois que o Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF-2) manteve a suspensão da posse. Filha do ex-deputado e presidente do PTB, Roberto Jefferson, Cristiane foi condenada a pagar R\$ 60 mil por dívidas trabalhistas a um ex-motorista. Mesmo depois do imbróglio jurídico, o PTB manteve a indicação da deputada ao cargo.

Apesar do desgaste político, Temer deixou para o partido a decisão sobre a indicação do ministério com o objetivo de evitar perder apoios na votação da reforma da Previdência, prevista para 19 de fevereiro. A bancada, que inclui PTB, PROS, PSL e PRP, tem 26 deputados. Até agora, o governo calcula ter 260 votos para a reforma – são necessários pelo menos 308 votos para aprovação da mudança nas regras previdenciárias.

Em busca desses votos, o governo ainda espera a indicação do PRB, um dos partidos do Centrão, para o cargo de ministro da Indústria e Comércio, que está vago desde o último dia 3, depois que Marcos Pereira pediu demissão para se dedicar a “questões partidárias”.

Para o Palácio do Planalto, uma saída seria que Roberto Jefferson desistisse da indicação da filha, o que não ocorreu. No início da tarde, antes do horário previsto para a posse – 15h30 –, Temer recebeu em seu gabinete Jefferson, Cristiane e o líder

do partido, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), para confirmar que a Advocacia-Geral da União recorrerá ao STF.

Jovair apadrinhou o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), primeiro indicado para o Ministério do Trabalho e que foi vetado pelo ex-presidente José Sarney (PMDB-AP). Ontem, o líder referendou o nome de Cristiane. “O presidente está tranquilo, mas desapontado, chateado por uma decisão de primeira instância atingir um poder que é dele. O Ministério quem monta é ele”, declarou.

Jovair ainda defendeu a indicada. “Você sabe quantas ações jurídicas, quantas ações trabalhistas contra juízes, desembargadores, promotores, deputados estaduais, deputados federais existem no Brasil? Faço um desafio: se todos que têm uma ação trabalhista não puderem ficar nos seus postos, nós teremos muita vacância no Brasil.”

**‘Politização’.** Depois de dizer que a Justiça do Trabalho “é uma excrescência que só existe no Brasil”, Jovair reconheceu o desgaste, mas disse que não via problema em Cristiane assumir

## ‘Vacância’

**“Você sabe quantas ações trabalhistas contra juízes, promotores, deputados existem no Brasil? Se todos que têm uma ação trabalhista não puderem ficar nos seus postos, teremos muita vacância no Brasil.”**

**Jovair Arantes (GO)**

LÍDER DO PTB

mesmo com a condenação. “Ela está discutindo na Justiça. Perdeu, paga. Não perdeu, não paga”, afirmou o líder do PTB.

No Planalto, o imbróglio judicial é visto como mais um efeito da “politização da Justiça” que traz o desgaste da imagem do governo e dificulta a aprovação da reforma da Previdência.

Mesmo com a indefinição sobre a posse, a cerimônia no Planalto foi organizada e alguns convidados chegaram a ir até o local, mas não foram autorizados a subir ao salão.

**Recurso.** O pedido da AGU para reverter a liminar que impediu a posse será analisado pela presidente do STF, Cármen Lúcia, que está no plantão. Ontem, o vice-presidente do TRF-2, desembargador federal Guilherme Couto de Castro, manteve a decisão do juiz federal Leonardo da Costa Couceiro, da 4.ª Vara Federal de Niterói (RJ), que havia suspenso a nomeação. Para Castro, a suspensão não é capaz de causar “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública”.

O caso foi analisado pelo vice-presidente do TRF-2, depois de o presidente do tribunal, desembargador federal André Fontes, se declarar suspeito. O Código de Processo Civil (CPC) prevê que o juiz poderá se declarar suspeito por motivo de foro íntimo, “sem necessidade de declarar suas razões”.

Para a AGU, a decisão do juiz de Niterói usurpa a “competência concedida ao Executivo, colocando em risco a normalidade institucional do País”. / TÂNIA MONTEIRO, CARLA ARAÚJO, RAFAEL MORAES MOURA e AMANDA PUPO

CONTINUA

10 JAN 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

CARLOS ARI SUNDFELD

\*ANÁLISE: *Carlos Ari Sundfeld*

## Juízes políticos

**I**nterferências judiciais voluntaristas no funcionamento do governo estão ficando muito comuns. Não é exagero: a sensação é de estarmos assistindo ao início de um perigoso motim judicial. Em todos os países, a escolha de ministros é entendida como ato político, que o chefe do Executivo edita com seus critérios também discricionários, suas avaliações políticas. Juízes não podem interferir nisso, pois a Justiça só controla constitucionalidade e legalidade, nunca a conveniência política. Mas o fato é que parcela importante dos juízes brasileiros perdeu a confiança nas instituições, com exceção daquela que integram. Convencidos de que lhes cabem melhorar a política, eles têm corrido riscos e estão agindo como políticos.

É uma ironia que, no caso das nomeações de ministros, os limites tenham sido derrubados justamente por Gilmar Mendes, a voz que se diz mais crítica, no STF, dos excessos judiciais na política. Pois foi ele mesmo quem impediu por liminar a posse de Lula no governo Dilma, por vislumbrar indícios de desvio de poder na nomeação. A partir daí, outros juízes, mesmo de primeira instância, se sentem liberados para ir muito além.

Para suspender a posse de Cristiane Brasil, o juiz federal argumentou com a moralidade administrativa, um princípio constitucional da administração pública. É um disfarce nada discreto. O veto do juiz é pura política. E, claro, agradou a quem viu a nomeação como uma decisão política inadequada. O que fez o vice-presidente do tribunal, em geral uma instância mais contida, que corrige excessos? Não disse nada. Só lavou as mãos e pagou para ver.

O paradoxo é que o próprio STF vive usando o mesmo argumento da moralidade, ou outros parecidos, para opor vetos políticos a decisões de governo. Carmem Lúcia fez isso, há poucos dias, quando suspendeu o indulto de natal. Quem então, dentro do Judiciário, terá moral para combater esse tipo de atitude?



## Supremo pode derrubar sigilo de repatriadores

O Supremo Tribunal Federal pode analisar se derruba o sigilo dos nomes de quem repatriou recursos do exterior. Em documento enviado ao ministro Luís Roberto Barroso (STF), o advogado Rafael Carneiro considerou inconstitucional a decisão da Receita de preservar os dados dos contribuintes que aderiram ao programa. Para evitar acesso às informações de pessoas que trouxeram dinheiro ao Brasil pelo plano do governo, o Ministério da Fazenda usou um CNPJ genérico. Assim, nenhum outro órgão conseguiu identificar ou fiscalizar os beneficiários.

» **Segredo...** O CNPJ genérico impediu o acesso das informações pelo Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Cadastre e Polícia Federal, além de auditores da Receita.

» **...de estado.** “A legislação brasileira foi além ao criar a confidencialidade extrema dos dados fiscais dos repatriadores, prejudicando o exercício das funções constitucionais dos órgãos estatais”, argumentou Carneiro, do escritório Carneiros&Dipp Advogados.

## Instituto Médico-Legal volta a dizer que Maluf pode continuar preso na Papuda

O juiz Bruno Aiello Macacari, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, disse ontem que o Instituto Médico-Legal (IML), num segundo laudo sobre as condições do deputado Paulo Maluf (PP-SP), concluiu que o parlamentar pode continuar cumprindo a pena no Centro de Detenção Provisória (CDP) da Papuda, em Brasília, desde que assistido pela equipe médica. Maluf, de 86 anos, tem câncer de próstata. Antontem, o juiz afirmou que as respostas do CDP sobre ques-



FELIPE RAU/ESTADÃO

tionamentos da defesa de Maluf não eram satisfatórias. Por isso, Macacari determinou que o CDP se manifestasse novamente sobre os questionamentos apresentados pelos advogados do deputado.

saber se tinham perfil parecido com o seu. Agora, há um caso de réprimária presa por roubar quatro panetones. Defensores e criminalistas acham o quadro “catastrófico”, ante a superlotação das cadeias.

## Jogo duro 2

Consta que **Patrícia Álvares Cruz** – famosa por mandar à prisão uma mulher que tentou furtar um xampu – até entrevistou juizes do Dipo para

## AUXÍLIO-PALETÓ

### Deputados do Amapá desistem de projeto

Após protestos, deputados estaduais do Amapá desistiram do “auxílio-paletó” de R\$ 25 mil que iriam receber por meio de projeto aprovado entre o Natal e a vinda do ano-novo. Em nota, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Kaká Barbosa (Avante), informou que a Casa solicitou ao governo Waldez Góes (PDT) a devolução do projeto, encaminhado para sanção no dia 28 de dezembro.



## PGR pede inquérito contra presidente do PP

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal a instauração de novo inquérito contra o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), o ex-ministro Edinho Silva (PT), além dos executivos Joesley Batista e Ricardo Saud, da JBS, por corrupção e lavagem de dinheiro. As acusações giram em torno do suposto recebimento de vantagens indevidas pelo PP para apoiar a reeleição de Dilma Rousseff em 2014. Edinho nega irregularidades. O Estado não conseguiu contato com os demais citados.

## SÔNIA RACY

### Jogo duro

Com a nova juíza corregedora, o Departamento de Inquéritos Policiais, que coordena as audiências de custódia no Estado, está com um índice de prisões de mais de 90%, segundo dados de cartórios. Número maior do que quando as audiências de custódia ainda não eram regra.

10 JAN 2018

## GAZETA DO POVO

### Cármem Lúcia visita presídios em Piraquara e o TJ-PR

A presidente do STF e do CNJ visitou o complexo penitenciário de Piraquara na Região Metropolitana de Curitiba e foi à sede do Poder Judiciário estadual

Um dia depois de desistir de visitar o presídio de Aparecida de Goiânia (GO) após ser alertada de que havia explosivos no local, a ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), veio a Curitiba nesta terça-feira (9). Ela visitou o complexo penitenciário de Piraquara, na Região Metropolitana da capital.

Ao contrário da ida a Goiás, a vinda a Curitiba já estava prevista no roteiro de viagens da ministra. Questionada pela TV Justiça, ela explicou que estava nos planos terminar a visita aos estados do Sul e só faltava o Paraná.

Sobre a conclusão da visita à Grande Curitiba, a ministra destacou à TV Justiça a atuação do conselho da comunidade junto ao Estado para tentar propor soluções novas “para um problema que é gravíssimo, da condição dos presos e, especificamente, da condição dos direitos dos presos”.

Depois da visita à penitenciária, a ministra foi ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) onde assinou um convênio para que o estado passe a ter acesso ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões. O sistema, desenvolvido pelo CNJ, reúne as informações processuais e pessoais de todos os presos sob custódia do Estado, permitindo que o cidadão

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 10 JAN 2018

## CONTINUAÇÃO

saiba precisamente quantos presos o país tem, onde eles estão e por que motivo estão encarcerados.

O cadastro possibilita também que as autoridades saibam instantaneamente se a pessoa é foragida ou não. O Paraná é o quinto estado do país a ter acesso ao cadastro.

A presidente do STF confere o trabalho feito pelos detentos em uma das unidades do complexo de Piraquara Eriksson Denk/Conselho da Comunidade

### **Pelo país**

Em Goiás, Cármen Lúcia avaliou como muito grave o fato de presos do sistema semiaberto terem promovido uma “comemoração” regada a bebida alcoólica e cocaína na madrugada do dia 1 de janeiro. Logo após a festa, detentos invadiram alas rivais por meio de um buraco feito na parede de uma das celas e mataram nove pessoas. Outras 14 ficaram feridas e quase 200 presos fugiram do estabelecimento penal.

“Não acredito que o Brasil tenha perdido a soberania dos seus presídios. Acho que cada Poder tem sua responsabilidade e problemas que se alongam há décadas têm uma solução mais difícil e complexa”, disse.

Texto: João Frey

## Cármem Lúcia visita presídio no Paraná

A ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) visitou as penitenciárias I e II de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, a Casa de Custódia do município e a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário, na manhã desta terça-feira (9).

Ela chegou ao Complexo Penitenciário por volta das 9h30, onde permaneceu até aproximadamente meio dia, acompanhada do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Augusto de Noronha e do presidente do Tribunal de Justiça, Renato Braga Bettega.

A visita ao local foi informada na segunda-feira (8). “Estava nos planos terminar as visitas aos estados do Sul e só faltava o Paraná. Precisamos de uma integração do Conselho da Comunidade atuando junto com o estado para tentar propor soluções novas para um problema que é gravíssimo que é a situação dos presos e principalmente o direito deles”, afirmou em entrevista à TV Justiça.

A Casa de Custódia tem cerca de 1.400 presos provisórios. No local, a ministra visitou três galerias e conheceu a cela modular, que deve ser implantada no novo presídio projetado para o município. Cármem Lúcia conversou com presos da Penitenciária Central do Estado, conheceu a escola e os canteiros de trabalhos. 188 pessoas estão detidas no local.

“O Departamento Penitenciário do Paraná tem a gestão total dos presos. A realidade do crime organizado controlando unidades penais, controlando punições e alimentação de outros presos não existe”, afirmou o Secretário de Segurança Pública, Wagner Mesquita. “Ela conseguiu

**CONTINUA**

## **CONTINUAÇÃO Paraná Portal 10 JAN 2018**

conversar com os presos da unidade de progressão, mostramos canteiro de trabalho de várias unidades de trabalho, viu a boa vontade deles de participar”, afirmou.

De acordo com o secretário, a ministra não falou sobre as celas modulares e demonstrou preocupação com a superlotação das delegacias. Segundo Mesquita, o Paraná terá quatro novas sedes de celas modulares para abrigar os 9 mil presos em custódia da Polícia Civil.

A assessoria de imprensa da ministra informou que ela deve seguir ao Tribunal de Justiça do Paraná, onde vai conversar com desembargadores. Desde que assumiu a presidência do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Carmén Lúcia realiza uma série de vistorias em penitenciárias de todo o país.

A presidente do Conselho da Comunidade no órgão da execução penal, Isabel Mendes, afirmou que foram entregues dois ofícios para a ministra. “Ela pode ver em especial a real situação da CCP [Casa de Custódia], que para mim é uma aberração terrível. Estão querendo resolver a situação penitenciária no Paraná através de contêineres. Um dos ofícios entregues para a ministra aponta os problemas locais com as sugestões para soluções e o outro, em nível nacional. Os maiores problemas são drogas e patrimoniais”, disse.

### **Situação penitenciária do Paraná**

O governo do Paraná anunciou uma série de medidas para o sistema penitenciário do estado após a rebelião ocorrida na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), no oeste do estado, em novembro do ano passado.

De acordo com o secretário de Segurança Pública do Paraná, Wagner Mesquita, será construído um novo presídio em Piraquara, na RMC, com celas modulares, para diminuir a superlotação nas delegacias de polícia Civil.

**CONTINUA**

## **CONTINUAÇÃO Paraná Portal 10 JAN 2018**

Ainda segundo o secretário, dobrou o número de presos monitorados por tornozeleira eletrônica.

### **Cármem Lúcia em Goiânia**

Na segunda-feira (8) a ministra assinou um termo de cooperação para agilizar a implantação de um cadastro nacional de presos em Goiás.

A visita programada ao Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, onde ocorreram três rebeliões desde o início do ano, foi cancelada devido a falta de segurança.

“Fiz ela entender que não havia necessidade”, disse Gilberto Marques. “Não quero correr o risco de impor à nossa presidente um aborrecimento qualquer que seja”, acrescentou. “Não seria prudente expor, embora ela quisesse ir, mas eu a convenci a não ir.”

O recém-empossado diretor-geral de Administração Penitenciária de Goiás, coronel Edson Costa, reconheceu que a situação no Complexo Prisional está controlada, porém que não considera o local “nada seguro”, afirmando que “a situação é grave”.

Veja

VEJA

10 JAN 2018

## Cármem Lúcia não conheceu o problema, diz presidente da OAB-PR

Presidente do CNJ e do STF visitou duas penitenciárias na região metropolitana de Curitiba

A ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça, (CNJ) visitou nesta terça-feira (9) duas prisões paranaenses — a Casa de Custódia e a Unidade de Progressão — ambas localizadas em Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Para o presidente da OAB-PR, José Augusto de Noronha, que acompanhou a visita, a ministra não conheceu o pior do sistema. “Essas duas unidades não são o pior. O grande problema no Paraná está nas carceragens das delegacias. Temos 10 mil presos detidos permanentemente em espaços que deveriam ser de passagem temporária. A ministra foi alertada disso”, disse Noronha.

### **Carceragens**

Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça revelam que o Paraná contava, até junho de 2016, com 9.826 presos em delegacias. Apenas o Ceará tinha mais detentos nas carceragens, 11.865. Segundo a OAB e outras entidades, esse número não tem diminuído. “Não tivemos novas penitenciárias sendo entregues. Entendo que há um esforço para resolver o problema, mas ele existe e a situação atual é de emergência”, explicou o presidente da OAB-PR. Cármem Lúcia esteve também no Tribunal de Justiça (TJ-PR), onde reuniu-se com magistrados paranaenses e assinou um termo que integra o Paraná ao Banco Nacional de Mandados de Prisão. A magistrada não conversou com a imprensa durante toda a sua visita.

Texto: Guilherme Voitch